

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Assunto: Pedido de Impugnação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024**

Prezados Senhores, A empresa **V.C. RIBEIRO (DEDO DE MOÇA)**, inscrita no CNPJ nº **03.618.862/0001-70**, sediada na Av. FAB, nº 2339, SANTA RITA, através de seu Representante Legal, o Sr. **Valeno Coelho Ribeiro**, portador da Carteira de Identidade nº **205435-PCT/AP** e do CPF nº **415.775.312-72**, vem por meio desta, com fundamento no artigo 113, §1º da Lei nº 14.133/2021, apresentar IMPUGNAÇÃO ao Edital de Pregão Eletrônico acima citado, pelos motivos que passo a expor: A Lei nº 14.133, também conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O edital acima citado que tem como objeto o prestação do serviço de preparo e distribuição de refeições, sob demanda, por meio da operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades envolvidas no fornecimento de refeições, visando atender os Restaurantes Universitários da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, incluindo a concessão onerosa de uso de espaço público conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, e dentre os 18 itens que compõe a prestação do serviço, estão os seguintes itens e suas gramaturas:

Qualificação Técnica:

8.29. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Nutricionistas da 6º Região (CRN6), em plena validade, em conformidade com a Resolução CFN 702/2021;

8.30. Registro do(s) nutricionista(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Nutricionistas da 6º Região (CRN6), em plena validade, em conformidade com a Resolução CFN 702/2021.

Fizemos questão de informar esses itens. Pois está restringido outras empresas de outras regiões participa do processo licitatório. Por esse motivo pedimos que vossa Senhoria revise o processo para que outras empresas de outras regiões participem do mesmo sem prejuízo.

Aguardamos a apreciação do pedido e que seja reformulado os itens aqui explanados.

Macapá-AP, 08 de agosto de 2024.

VALENO
COELHO
RIBEIRO:4157
7531272

Assinado de forma
digital por VALENO
COELHO
RIBEIRO:41577531272
Dados: 2024.08.08
15:05:32 -03'00'

V.C. RIBEIRO
CNPJ nº 03.618.862/0001-70
Valeno Coelho Ribeiro
CPF nº 415.775.312-72



MANIFESTAÇÃO À IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024-UFPB

PREGOEIRA: BÁRBARA PRISCILA MOREIRA DE MELO

EMPRESA IMPUGNANTE: V. C. RIBEIRO (DEDO DE MOÇA), INSCRITA SOB CNPJ Nº 03.618.862/0001-70

OBJETO: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES VISANDO ATENDER OS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

PROCESSO ELETRÔNICO (SIPAC): 23074.042558/2024-54

A empresa pede IMPUGNAÇÃO do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024-UFPB alegando exigência de qualificação técnica que restringe competição, conforme as razões apresentadas nos autos (aqui resumidas), analisadas e respondidas por esta Pregoeira, com fundamento na Lei, na Doutrina e na Jurisprudência:

I - DAS RAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA

1. Da tempestividade do pedido de Impugnação

A referida impugnação foi apresentada dentro do prazo estipulado no art. 164 da Lei 14.133/21 e através dos meios indicados no item 13.3 do Edital, caracterizando assim as condições que propiciam sua análise.

2. Da argumentação do pedido de Impugnação

Quanto à razão de contestação, segue texto abaixo (extraído de documentação enviada por e-mail e anexado ao processo eletrônico):

“Qualificação Técnica:

8.29. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Nutricionistas da 6ª Região (CRN6), em plena validade, em conformidade com a Resolução CFN 702/2021;

8.30. Registro do(s) nutricionista(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Nutricionistas da 6ª Região (CRN6), em plena validade, em conformidade com a Resolução CFN 702/2021.

Fizemos questão de informar esses itens. Pois está restringido outras empresas de outras regiões participa do processo licitatório. Por esse motivo pedimos que vossa Senhoria revise o processo para que outras empresas de outras regiões participem do mesmo sem prejuízo.”

II. DA ANÁLISE SOBRE EXIGÊNCIA EXORBITANTE QUE RESTRINGE A COMPETIÇÃO

1. Quanto à exigência exorbitante para o objeto de contratação

Considerando que o objeto da presente contratação trata-se de preparo e distribuição de refeições, sob demanda, por meio da operacionalização e o desenvolvimento de todas as atividades envolvidas no fornecimento de refeições, cabe destacar a importância de profissionais capacitados no ramo específico de atuação do objeto. De acordo com itens 5.3., 5.8., 5.9., 5.10. e 5.11. do Termo de Referência, percebe-se a preocupação da Administração com o fato de que a elaboração das refeições seja baseada em Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados, respeitando a criação de cardápios bem elaborados sob ponto de vista nutricional a serem executados a partir de Fichas Técnicas de Preparo.

Além disso, o cuidado com a seleção de matéria-prima, manipulação de alimentos e seu armazenamento adequado a fim de minimizar riscos de desperdício, problemas de higiene e contaminação cruzada, respeitando a legislação vigente, também são atribuições que demandam supervisão constante de profissional tecnicamente qualificado. Todas essas medidas são consideradas fundamentais pela contratante para prestação de serviço de qualidade e justificam a exigência de profissional habilitado e registro da empresa em Conselho Regional de Nutrição, nos termos do art. 67 da Lei 14.133/21.

2. Quanto à análise jurídica dos instrumentos convocatórios

Em adição aos argumentos expostos até aqui, ressalta-se que os artefatos da presente licitação passaram por análise jurídica (controle interno da Administração) para verificação de possíveis inconformidades legais, incluindo avaliação de exigências exorbitantes potencialmente capazes de restringir o caráter competitivo do certame. Tal inconformidade não foi observada no caso presente, como pode ser verificado no Parecer Jurídico (documento 30 do supracitado processo SIPAC), disponível para consulta aberta aos licitantes através do site da Pró-reitoria de Administração da UFPB.

3. Quanto à sede de registro no Conselho de Nutrição

De acordo com os artigos 1º e 3º, capítulo I, da Lei 14.924/24, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Nutrição tem como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de nutricionista. Tendo o Conselho Federal de Nutrição sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o País, e os Conselhos Regionais ficando sediados na capital do Estado ou de um dos Estados ou Territórios da jurisdição, a critério do Conselho Federal.

Além disso, a Resolução nº 466, de 12 de novembro de 2010 do Conselho Federal de Nutrição determina, em seu art. 2º, que:

“A habilitação para o exercício da profissão de Nutricionista dar-se-á a partir da inscrição do interessado no CRN da Região onde deva ocorrer o exercício da profissão.”

Assim, pela localidade de prestação do serviço, os registros solicitados deverão ser efetuados no Conselho Regional de Nutricionistas da 6ª Região (CRN6).

4. Quanto à restrição do caráter competitivo da licitação

Destaca-se que, de acordo com art. 63, inciso II da Lei 14.133/21, “será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor”. Outrossim, o item 5.2 do Termo de Referência (TR) prevê a apresentação de documentação de qualificação técnica do profissional Nutricionista, objeto desse pedido de Impugnação, para fins de execução do objeto contratado, podendo esta ser comprovada em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, de acordo com item 5.107.1. do TR.

Ainda, o item 8.29.2. prevê que:

“No caso de a empresa licitante não ser registrada no Conselho Regional de Nutricionistas 6ª Região (CRN-6), por ocasião da assinatura do contrato, deverá ser providenciado o respectivo registro deste órgão regional.”

Tais medidas são adotadas com vistas à manutenção do caráter competitivo e garantia da prestação de serviço de qualidade para os usuários e potenciais clientes dos Restaurantes Universitários da UFPB.

III - DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando os argumentos expostos acima e em respeito aos princípios do Interesse Público, da Legalidade, da Vinculação ao Edital e da Seguridade Jurídica o pedido de Impugnação foi julgado **improcedente**, tendo em vista que as solicitações efetuadas encontram-se devidamente justificadas no processo e relacionadas ao objeto a ser contratado.

João Pessoa, 09 de agosto de 2024.

Bárbara Priscila Moreira de Mélo
Pregoeira da CPL/UFPB